

Apareceram as Margaridas: A voz feminina que ecoa do campo¹

Joice LUANA²

Deyvisson Pereira da COSTA³

Universidade Federal de Mato Grosso, Barra do Garças, MT

RESUMO

Motivada inicialmente pelos conflitos agrários, a Marcha das Margaridas é uma das estratégias de luta das mulheres camponesas no Brasil. O objetivo deste trabalho é identificar traços do discurso feminista em lutas das mulheres do campo observando à rede de enunciados sobre a Marcha das Margaridas no Facebook. Para isso, empregam-se conceitos operatórios da Análise do Discurso (A.D) francesa para compreender princípios discursivos que norteiam a luta. Embora reconhe-se à importância da união dos movimentos sociais na construção da Marcha das Margaridas, em alguns momentos as diferenças dos setores mais e menos progressistas se acentuam. Dessa maneira, descreve-se a Marcha como método de luta em busca de um olhar atento as políticas públicas para que o campo e as mulheres necessitam.

PALAVRAS-CHAVE: Marcha das Margaridas; Discurso feminista; Facebook; Análise de Discurso.

Conflitos territoriais e discursivos no Brasil

A Marcha das Margaridas é uma estratégia de luta que acontece a cada quatro anos em Brasília desde 2000. No evento, milhares de mulheres organizadas por 27 Federações de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (FTTRs) e Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) de todo o País, marcham reivindicando políticas específicas para os povos do campo, das águas e das florestas brasileiras. Trata-se também de uma luta estratégica pela vida e contra a violência no campo.

O assassinato de mulheres ribeirinhas, camponesas e trabalhadoras rurais pode ser considerado a expressão máxima dos conflitos territoriais que envolvem luta contra a fome e a falta de incentivo às comunidades e acampamentos dessa população. Um

¹ Trabalho apresentado no IJ 8 – Jornalismo do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 7 a 9 de junho de 2018.

² Estudante de Graduação 7º. Semestre do Curso de Jornalismo da UFMT-CUA, e-mail: joiceluanagoncalvessantos@gmail.com.

³ Doutor em Comunicação e Professor do Curso de Jornalismo da UFMT/CUA, e-mail: deyvissoncosta@yahoo.com.br.

exemplo recente é o Massacre de Pau Darco no sudeste do Pará área de fronteira agrícola onde 10 pessoas foram mortas em um conflito agrário.

Nesse contexto de instabilidade e disputas, o objetivo deste trabalho é documentar parte das estratégias de luta das mulheres contra a fome, a violência de gênero, a falta de investimentos sustentáveis e o agrocídio. Em suma, especialmente as relações de gênero que se perpetuam no interior do país, considerando os enunciados sobre a Marcha das Margaridas no ciberespaço. Como espaço simbólico de construções de sentidos, o ciberespaço compreende um meio de comunicação onde as massas se encontram e convergem. Logo, a rede social Facebook majoritariamente usada pelos brasileiros conserva um espaço para diversas manifestações de pensamento e por essa razão foi escolhida como lócus de observação. Ainda pretende-se discutir a realidade do campo frente ao modelo produtivo vigente, como modo de tornar visível a luta das pessoas que deram a vida no campo e pelo campo.

De maneira geral, busca-se contribuir para a construção do debate da realidade rural das trabalhadoras frente ao modelo produtivo do agronegócio. Demonstra-se assim a importância da comunicação na luta das mulheres por liberdade, autonomia e na garantia do direito à vida sem violência.

O alvo específico deste trabalho é descrever os enunciados emergentes na rede social Facebook e seu papel na constituição dos discursos feministas. Para descrever a produção de sentidos compartilhada nas redes, a Análise de Discurso (AD) francesa será norteadora de estudo complementando a pesquisa bibliográfica sobre a história das mulheres, também empreendida nesta pesquisa.

Este trabalho é constituído por um resgate histórico 2015/2016 que permite visualizar pontualmente as condições de luta durante a Marcha, e imediatamente anterior e posterior a ela. Nessa rede encontram-se os principais movimentos articulados com os enfrentamentos no campo e em consonância com o conflito das mulheres por direitos.

Durante anos, as mulheres camponesas tiveram seus direitos negados. A história da luta camponesa no Brasil é constituída de diversos conflitos pela terra quando várias pessoas perderam as suas vidas. Três movimentos importantes na história brasileira foram escolhidos aqui para evidenciar a necessidade de um olhar atento as questões que envolvem as trabalhadoras rurais. Um primeiro refere-se ao processo histórico caracterizado pela abertura econômica pós-ditadura. A temática seguinte é a luta

campesina em meio à abertura política e econômica na qual emerge Margarida Alves, morta em conflitos rurais. Por fim uma terceira abordagem reúne as principais premissas que norteiam as discussões das mulheres camponesas.

O progresso que não contempla as trabalhadoras rurais

Em meados da década de 80, a Ditadura Militar no Brasil estava no seu fim, porém os efeitos desse sistema político, econômico e social ainda reverberavam na comunidade rural, especialmente nas políticas públicas para o campo que afetavam diretamente as mulheres camponesas. Segundo Alvarez (1990), o governo incentivava a industrialização e o grande latifundiário ao mesmo tempo em que implantava uma alfabetização dura para as famílias no campo. Nessa época, as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), organizadas pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) desenvolviam trabalhos com as mulheres que visavam à autonomia, a saúde e a educação como forma de liberdade. Ou seja, o modo governamentalista era antagônico ao modelo episcopal e de outros seguimentos progressistas de lidarem com as demandas sociais.

Nas décadas finais do século XX, cresce a mortalidade no campo. Nos últimos 40 anos os conflitos pela terra se acentuaram em diversas regiões exibindo maior concentração particularmente nas áreas de fronteiras agrícolas, ou seja, no “Bico do papagaio”, nas divisas de Pará, Maranhão e Tocantins, e também, na Zona da Mata nordestina e recôncavo baiano. Segundo a CPT, a violência decorre da expansão latifundiária e das cobranças ao Governo, pelos camponeses, por Reforma Agrária. Nesse impasse muitos perderam a vida nos conflitos que se intensificaram nos anos 80 e 90 e seguem até hoje. Dos anos de 1996 a 2005, segundo a Comissão Pastoral da Terra, cerca de 400 pessoas morreram em conflitos de terra, pela água, trabalhistas e outros. Dados recentes de 2016 demonstram um aumento de 26% de conflitos no campo em relação a 2015 resultando um total de 61 assassinatos.

Paradoxalmente, “se a violência gera a morte, gera também as formas de luta contra a morte” (UMBELINO, 1988). Os confrontos pela posse da terra crescem e inúmeras formas de violência e opressão são consumadas nestas regiões. As cartilhas distribuídas durante a Marcha das Margaridas relatam o modo como os camponeses sofriam perseguições dos produtores. “O grande latifundiário contratava pistoleiros para os assassinatos e o governo na maioria das vezes dava-se por despercebido do conflito” (CONTAG, 2015).

Neste contexto de assassinatos, Margarida Alves que defendia a reforma agrária no interior de Alagoa Grande na Paraíba foi vitimada e se tornou símbolo internacional da luta feminina no campo.

Na próxima secção, a abordagem se completa em torno da militante Margarida, sua história pessoal e política. Assim, além de compreender a importância das discussões levantadas por ela, caracterizar-se-á o protagonismo da mulher rural nas lutas do campo.

Margarida, sacrifício e consagração social

Margarida Maria Alves foi uma sindicalista pobre, nascida e criada no interior da Paraíba. Casada com um líder sindical, pouco a pouco ela se tornou líder do sindicato que participava. Segundo Souza (2016), a camponesa fazia parte do sindicalismo servil que estava as minguas, mas mesmo com essa situação rompeu as alianças e construiu novos acordos com feministas, religiosos, grupos progressistas e alguns intelectuais. Ela engajou-se de maneira ferrenha lutando por um posicionamento mais rígido do Estado em relação às políticas públicas para o campo.

Mesmo assim o Governo seguiu apoiando o grande produtor rural em detrimento ao pequeno camponês. A Reforma Agrária se tornou um embate perigoso entre proprietários de terra e sindicalistas. Margarida encorajou trabalhadores rurais a exigirem seus direitos e isso despertou a fúria de grandes produtores rurais. Durante os 12 anos de mandato a sindicalista conseguiu mover mais de 600 ações trabalhistas, algumas de relevância nacional, envolvendo o então presidente da república João Baptista Figueiredo⁴.

Neste processo de marcha, fica evidente o papel da mulher, em especial, da camponesa, na luta por seus direitos, tornando-se protagonistas da história e não apenas passivas, conforme concepção da/na cultura patriarcal (SOUZA; CAMPOI; BRANDÃO 2016)

No dia 12 de agosto de 1983 a sindicalista é brutalmente assassinada com um tiro no rosto. Segundo o jornal O Globo (2013), em uma matéria que rememorava os 30 anos da morte de Margarida, a militante foi morta na frente do filho e do esposo por um pistoleiro. Sua morte foi denunciada pelos movimentos de luta pela terra que a essa altura já estavam bem organizados, juntamente com as (CEBs). Simultaneamente, o Movimento Sem-Terra (MST) e a própria Confederação Nacional de Trabalhadores e

⁴ Margarida escreveu uma carta para o então presidente fazendo denúncias sobre o trabalho no campo.

Trabalhadoras da Agricultura (CONTAG) demonstram ao governo a insatisfação com as mortes no campo.

A luta pela terra e em favor dos povos do campo e das florestas tem sido marcada pelo sangue de muitos mártires. Alguns, mais reconhecidos no Brasil (...), outros conhecidos apenas em seus locais de enfrentamento (SOUZA; CAMPOI; BRANDÃO 2016).

O contexto dos movimentos sociais de luta pela terra se redimensiona nos governos pós-ditadura, o que acarreta maior organização e poder de fala. A morte de Margarida alimentou a chama contra a invisibilidade da mulher campezina. As CEBs continuaram a pautar as questões que envolviam o campo, dessa forma mostrava a Igreja católica à necessidade de se voltar as situações vivenciadas pelos brasileiros. A partir de 1985 as campanhas da fraternidade tinham como lemas denúncias⁵ a realidade dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Neste mesmo ano a denúncia era a fome no campo.

A Igreja Católica constatava que as manifestações feministas, assim como as campezinas nos anos 80, fugiam ao seu controle e percebeu a necessidade de se posicionar na luta por igualdade dos gêneros. A Campanha da Fraternidade de 1990 manifesta-se equipolente as premissas de igualdade, expondo-se no tema "Deus quer homem e mulher como companheiros, iguais nos direitos porque os dois são imagem e semelhança d'Ele" (CNBB, 1990). Esta instância estimula a contestação sobre a situação feminina no Brasil de desigualdade, tanto no campo quanto na cidade, pois o campo sempre representou um braço forte do catolicismo. Segundo SOUZA (2017 p. 11. Apud FERREIRA, 2009, p. 30-31):

A influência da Igreja Católica no cotidiano e trajetória de vida e morte de Margarida Alves teve um papel significativo tanto no que diz respeito à assessoria política, que era voltada para a maioria dos trabalhadores rurais dos sindicatos, inicialmente através das CEB e, posteriormente, através da CPT, considerados setores progressistas da Igreja, influenciados pelas ações da teologia da libertação.

Margarida por vezes fora questionada por fazer parte de alianças progressistas e ao mesmo tempo defender a família e alguns pilares da Igreja Católica. Segundo

⁵ 1985 – Fraternidade e fome / lema: Pão para quem tem fome.
1986 – Fraternidade e terra / lema: Terra de Deus, terra de irmãos.
1987 – A Fraternidade e o menor / lema: Quem acolhe o menor, a mim acolhe.
1988 – A Fraternidade e o negro / lema: Ouvi o clamor deste povo!
1989 – A Fraternidade e a comunicação / lema: Comunicação para a verdade e a paz.
1990 – A Fraternidade e a mulher / lema: Mulher e homem – imagem de Deus.

Alvarez (1990), Margarida era vista por muitos líderes como “pelega” enfatizando a troca de alianças para conseguir vitórias que beneficiariam seus pares. Neste trabalho reconhecemos as posições e luta de Margarida Alves, uma vez que pelo contexto da época era necessário fazer alianças e ela representava bandeiras e conquistas importantes para as mulheres do campo.

No próximo segmento torna-se necessário contextualizar os movimentos sociais e a luta das mulheres por igualdade de gênero e direitos trabalhistas. Neste sentido apontar-se há a inserção da mulher nos espaços de liberação enfatizando alguns conflitos e momentos de tensão.

Movimentos sociais e a luta feminista no campo

A mulher camponesa, diferente da mulher na cidade que vivencia a revolução nas ruas por meio de protestos e greves, se reúne nas pequenas federações, movimentos e coletivos conglomeradas à CONTAG e começam a proclamar maior independência.

Neste sentido, há pensadores (ÁLVAREZ, 1990; GARCIA, 1999) que acreditam que no campo, e algumas vezes na cidade, o feminismo nasce da deficiência representativa diante da comunidade organizada. Isso significa dizer que por vezes o combate entre as camponesas e os grandes latifundiários era inevitável, assim como a discussão de gênero. Uma vez que uma das poucas saídas que se tinha para denunciar as mazelas era o conflito. Segundo a CONTAG (2015), o grande latifundiário contratava pistoleiros para os assassinatos e o governo na maioria das vezes dava-se por despercebido do conflito.

A presença das mulheres na luta armada implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representou uma profunda transgressão com o que era designado à época para a mulher. Sem uma proposta feminista deliberada, as militantes negavam o lugar tradicionalmente atribuído à mulher ao assumirem um comportamento sexual que punha em questão a virgindade e a instituição do casamento, comportando-se como homens, pegando em armas e tendo êxito neste comportamento, o que, como apontou Garcia (1999, p. 338), transformou-se em um instrumento *sui generis* de emancipação, na medida em que a igualdade com os homens é reconhecida, pelo menos retoricamente (SARTI, 1998, p. 2).

Inúmeros sindicatos de camponeses pós golpe de 64, inclusive a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Partido dos Trabalhadores (PT) e demais partidos de esquerda, “abriam frentes de apoio à luta travada pelos camponeses sem terra”. A Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB) colocou a questão da terra no

centro da Campanha da Fraternidade de 1980 com o lema Terra de Deus, terra de irmãos. Um documento sobre a terra foi produzido para subsidiar a discussão nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Os movimentos sociais de caráter rural estavam articulados e atuantes, contestando a soberania do grande produtor. As lideranças dos sindicatos eram compostas por mulheres independentes que buscavam autonomia e direitos para suas famílias nas pequenas propriedades.

A CONTAG adotou o objetivo de incorporar as mulheres dentro da estrutura do sindicato e reconheceu que elas passam por problemas específicos de discriminação, principalmente a discriminação nos salários. Os sindicatos municipais foram instruídos a encorajar a participação de mulheres e treiná-las para ocuparem posições de liderança. Elas também foram encorajadas a eleger mulheres como delegadas para congressos estaduais e nacionais. (SIQUEIRA, 1991, p. 69-70)

Em 1986, com diversos grupos sociais feministas já implantados e atuantes, acontece em Brasília, o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadoras Rurais. Esses grupos no campo eram articulados com lideranças feministas que se preocupavam com a baixa participação das mulheres trabalhadoras rurais nos movimentos sindicalistas. A morte de Margarida em 1983 alimentou a chama acesa contra a invisibilidade da mulher campesina.

O Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) de Sertão Central, no estado de Pernambuco, em 1984 podia ser localizado nas reuniões acontecidas nas cidades de Brejo, Paraíba, e Serra Tablada. O Movimento de Mulheres Agrícolas (MMA-SC) e a Associação Nacional de mulheres Trabalhadoras da Terra (ANMTR) reuniram cerca de 100 mil assinaturas de mulheres trabalhadoras rurais em 1986, véspera da assembleia que iria discutir a nova Constituinte. Nesta sessão, também haviam segmentos conservadores formada principalmente por representantes do grande latifundiário. Um grupo de camponesas viajaram a Brasília segundo ANMTR a fim de colocar seus direitos na discussão Constitucional.

A presença constante das feministas no cenário da Constituinte e a conseqüente ‘conversão’ da bancada feminina apontam para formas de participação distintas da exercida pelo voto, formas estas que não podem ser ignoradas e que talvez constituam a forma mais acessível de participação política das feministas. Este tipo de ação política, própria dos movimentos sociais, não passa pela representação. Constitui-se em pressão organizada, tem tido retornos significativos em momentos de mobilização e pode ser entendida como uma

resposta à falência do sistema partidário como espaço de participação.
(PINTO, 1994, p. 265)

Nesta próxima seção iremos abordar a dicotomia mulher e terra , no que tange a regularização da propriedade rural e a diferença na partilha dos bens. Para isso utilizaremos a pesquisa de Paulilo (2017) que intenta argumentar sobre as principais desigualdades nos movimentos sociais que diretamente estruturam a Marcha das Margaridas.

Relações de Gênero e de propriedade rural

Percebe-se que o assunto terra causa um desconforto entre as mulheres camponesas e militantes⁶, porque embora acreditassem na desigualdade, discutir sobre ela questionaria valores familiares. Por meio de entrevistas feitas com mulheres militantes e não militantes a autora procura perceber se os questionamentos de gênero contrapõem-se a interesse particular ou de membros da família. Adotamos semelhante metodologia em outra etapa de pesquisa. Nesse sentido a autora considera como trabalho toda e qualquer atividade desenvolvida pelas mulheres.

Paulilo (2010) afirma que o trabalho representa uma forma de “emancipação” da mulher, sobretudo a mulher camponesa na construção do pensamento feminista. Chegamos também a essa prerrogativa em uma pesquisa semelhante. Para ela, durante séculos o marxismo pautou-se na divisão do trabalho em produtivo e improdutivo. O primeiro produzia mais-valia enquanto o segundo não era rentável. Para as mulheres, exercer um ofício reconhecido socialmente (produtivo) tornou-se um modo de visibilidade da identidade feminina.

(...) classificadas como donas de casa, não tinham registro profissional, permaneciam excluídas do benefício da Previdência e seus nomes não poderiam sequer constar dos títulos de posse ou propriedade das terras. Pois as lobistas das enxadas hoje se chamam trabalhadoras rurais. E têm seus direitos reconhecidos (REVISTA VEJA, 1994, p. 20).

As mulheres entrevistadas por Paulilo(2010) apontaram opressões simbólicas, caracterizadas tanto pela falta de voz no movimento quanto pela repressão do grupo ao qual as acampadas pertencem. Isso quer dizer que mesmo uma mulher que obtivesse consenso do marido para ir a um bar por exemplo, socialmente ela seria má interpretada

⁶ Em entrevista com um grupo formado por 17 mulheres, entre sindicalistas, agricultoras e assentadas, Paulilo(2010) influi questionamentos a cerca da desigualdade na admissão da terra. Como resultado

pela comunidade, mesmo estando em acordo com seu cônjuge. Ou seja, a consciência de luta a ser compreendida perpassa o grupo familiar e as relações e valores de outros grupos. Na maioria das vezes, os grupos de movimentos sociais têm como bases sólidas a religião e a família. E a repressão desse grupo por vezes pode ser pior que a da própria família.

Em geral, salientamos que as mulheres do sindicalismo lutam por não terem as mesmas condições de trabalho, por não receberem o mesmo salário que os homens, por não comungarem os mesmos direitos trabalhistas, como férias, 13º salário, auxílio doença. Ainda consideram a diferença classe como gênese (início) das opressões sofridas pelas mulheres.

As militantes do Movimento Sem Terra (MST) lutam por precisarem constituir matrimônio para serem reconhecidas como produtoras rurais. E embora reconheçam a luta por direitos das mulheres importante nos seus relatos, acreditam que as opressões estão difusas e a única maneira de mudá-las é em consonância com seus maridos e a família do movimento.

O Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) questionam que apesar de reconhecerem as indagações sobre trabalho e as perspectivas do marxismo, estão inseridas em uma sociedade patriarcal. Nos encontros acompanhados por Paulilo, as mulheres apresentaram ideias que inquietavam a alma, muito além dos conflitos de classe e terra.

Para as sindicalistas, o importante são as questões trabalhistas. As participantes do MST têm uma postura de classe muito nítida e lutam pela terra. É entre as militantes do MMA que as questões de gênero se afloram. (PAULILO, 2010, p. 12)

Paulilo(2010) retoma as reivindicações feitas pela Caravana de Mulheres em 1991 rumo à Brasília como forma de classificá-las em duas esferas: classe e gênero. Também adotamos algo semelhante em relação à Marcha das Margaridas. Logo infere-se que a primeira esfera é de ordem mais econômica e a última indentitária. A última esfera ainda se divide em aquelas que entram em conflito com a cultura patriarcal e aquelas que socialmente “aceitam” essa cultura.

Os resultados das entrevistas confirmaram a premissa levantada; de que as mulheres sofrem uma redução da herança proprietária, e visto de perto através dos relatos das mulheres, o assunto é frágil. Apesar de no subconsciente e no “off” acreditarem que é necessário uma igualdade percebe-se que “(..) mesmo as mais

militantes não reivindicam para seu movimento esta bandeira de luta [igualdade nas partilhas do patrimônio].” (PAULILO, 2010).

A abertura do Movimento Sem Terra (MST) [e do sindicalismo] às questões de gênero, no final da década de 1990, se relaciona segundo (Deere 2004 p. 21) “com a crescente aceitação do argumento produtivista”, ou seja, não reconhecer o papel fundamental da mulher prejudicaria o fortalecimento do movimento e das lutas.

Anexo a essas ponderações vamos traçar alguns pontos na discussão reconhecendo o papel do Facebook na construção das estratégias de luta por direitos feministas e políticas públicas para o campo. Para isso fizemos um recorte que vai de 2015 a 2016. Neste período algumas temáticas emergiram com uma forte posição ideológica e neste sentido utilizamos estas postagens para analisar algumas premissas defendidas pelas mulheres margaridas. A partir dessas inserções busca-se compreender enunciados que se sobressaem no ciberespaço.

Não existe um sujeito denominado “Margarida”, isso porque o sujeito em si é uma função vazia e ocupado por uma polifonia de vozes. Margarida é toda mulher que luta por liberdade e autonomia, que denuncia a violência e encoraja outras mulheres. As condições de produção que historiciza a Marcha das Margaridas é estratégica porque é dotada de uma identificação ideológica e movimenta-se conforme as condições de vida das mulheres do campo. Neste sentido ideologia é aquilo que conduz a opinião do sujeito em relação ao mundo. Conforme o governo se posiciona perante as lutas das trabalhadoras rurais, as margaridas usam de mecanismos para responder. Muitas dessas técnicas são discursivas e outras simbólicas, como campanhas na internet, reuniões e assembleias com a população. Antes de sair as ruas para protestar as mulheres observam a dinâmica e contornos da ação social. Ora, ainda que houvesse uma conformidade entre o Estado e as trabalhadoras, a memória e a identidade fariam que as margaridas defendessem como maior soberania os direitos das “feministas do campo”. Afinal a luta é sobretudo por aquelas que deram a vida pelo movimento.

Consequente, o material foi reexaminado com o objetivo de confrontar as ideias dos movimentos sociais buscando pontos de verossimilhança que conseguissem significar ideologias acentuadas.

A Marcha das Margaridas no Facebook

Na página do Facebook, a Marcha das Margaridas se qualifica como uma organização política. O objetivo da página segundo sua própria descrição é construir uma associação mais próxima com seu público e seus ativistas. Dessa forma, difere-se de outras tipologias como Negócios locais ou localidade, Empresa, instituição, Marca ou produto, Artista, Banda ou figura pública, Entretenimento e por fim Causa ou comunidade.

Nas imagens, que são criadas e ou reproduzidas pelos administradores da página, há sempre um fundo lilás, e em algumas postagens uma margarida na cor branca e amarela. A flor faz menção à feminilidade, e se tornou símbolo do movimento feminista moderno dos anos 60. No ambiente simbólico⁷ a flor denota igualdade, e é símbolo da luta das mulheres no mundo todo com a campanha de prevenção e combate ao câncer de colo do útero. Ainda, a flor margarida é símbolo de conciliação à medida que integra qualquer buquê onde é colocado. Assim, em tese, as entidades sociais tentam ser agregativas umas as outras.

Embora reconheçamos à importância dessa união dos movimentos sociais na construção da Marcha das Margaridas, em alguns momentos as diferenças dos setores mais progressistas e conservadores se acentuam. A Marcha como estratégia de luta reintegra esses discursos reconhecendo as condições que acontecem como sendo especiais. As mulheres se unem à medida que precisam elencar bandeiras que demonstram direitos para todas. Um exemplo disso foi a união dos movimentos sociais exigindo a permanência da (SPM) Secretaria de Políticas para as Mulheres. Isso é perceptível nas manifestações presenciais e nos discursos propagados pelas redes sociais. Ora, as margaridas são todas as mulheres que lutam por igualdade de direitos, seja no movimento familiar como o MST, seja em segmentos mais progressistas como o MMA, pois o “apoio vai depender da aceitação da luta das mulheres enquanto uma ‘multiplicidade’, isto é, convivência de diferentes organizações.” (PAULILO, 2010, p.16)

⁷ A cor lilás em seus diversos tons é reconhecida mundialmente como a cor das mulheres feministas, como uma junção do azul com a cor rosa.



Diferentes bandeiras na Marcha das Margaridas⁸ - Créditos/fanpage

O recorte de momentos históricos na *fanpage* da Marcha das Margaridas reintegra a pesquisa à medida que estabelece vínculos diretos com seus simpatizantes. Dessa maneira através da rede social mais utilizada pelos brasileiros evoca-se o discurso midiático como ferramenta de apoio a globalização dos enunciados feministas e camponeses. Além disso, a heterogeneidade demonstra que esse sujeito discursivo Margarida não é somente uma mulher, mas também um lugar de fala.

A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação (BAKHTIN, 1988. p.104)

A consonância de enunciados evidenciam os enunciadore e também implica as filosofias que este movimento defende ou deixa de corroborar. Ao elencar a bandeira do direito as decisões do próprio corpo, as mulheres margaridas implicitamente reforçam

⁸<https://www.facebook.com/Marchadasmargaridas/photos/a.184215994967962.46381.180241075365454/1481213898601492/?type=3&theater>

premissas feministas como, por exemplo, meu corpo minhas regras. A dinâmica da ação social durante o mês de agosto de 2015 não representava uma luta aleatória, as condições de produção ali foram marcadas pela história, e o movimento social demonstrava um cenário difícil para as mulheres. O então deputado e presidente da Câmara Eduardo Cunha tramitava o Projeto de Lei 5069/2013. Essa PL foi bastante questionada pelas mulheres presentes na Marcha das Margaridas, isso porque criminalizava quem ousasse fazer propaganda de meios abortivos ou que induziam ao aborto.

No Facebook, os administradores da página do movimento escreveram uma nota de repúdio em nome de toda a Confederação salientando que esse projeto era:

(...) uma agressão por parte do Congresso Nacional à vida das mulheres, pois impacta [va] diretamente no atendimento às vítimas de violência sexual e dificulta [va] o acesso ao aborto já legalizado e ao atendimento regulamentado pela Lei 12.845/2013. (DIRETORIA DA CONTAG, 2015)

Além disso, a Marcha das Margaridas adota exclusivamente a visibilidade feminina, e a necessidade de colocar a mulher como um ser livre. Neste sentido, para elas a liberdade enfatiza o empoderamento e a “a busca da extinção de todas as formas de preconceito e discriminação, como práticas machistas e lesbofóbicas” (CARTILHA CONTAG, 2015).

A mobilização orientava-se para uma retirada de direitos já conquistados pelas trabalhadoras. Isto em síntese significava dizer que elas buscavam apoio umas das outras para demonstrar que o direito ao aborto era também uma política pública em saúde para todas as mulheres independente de movimento.

Entender a enunciação como produto da interação/interlocução favorece aceitar o outro e o contexto como formas de constituição dos significados. Se o social orienta a atividade interior, sua exteriorização também é adaptada conforme o auditório social em que se inscreve. É através da palavra e do que foi dito pelas Margaridas que o indivíduo pode se esclarecer, se revelar em relação ao auditório social. O cuidado com que se fala em determinadas situações é a engrenagem interior se regulando de acordo com o público, que, neste caso é o próprio indivíduo e seu interlocutor ideal. Ou seja, aquilo que é propagado por essas mulheres se vale do enunciado de cada uma delas frente à ideologia do movimento. Logo se explica o slogan das margaridas no processo de construção do movimento: “A voz das Margaridas por políticas públicas para o campo”.

Considerações Finais

A conquista da igualdade de gêneros em lei não destituiu as desigualdades de poder no País, embora tenha sido uma vitória para as mulheres. A falta de políticas públicas especializadas e também de representatividade no governo reflete ainda o pensamento patriarcal e arcaico da sociedade brasileira.

A comunicação surge como ferramenta crucial na busca por igualdade e auxilia as mulheres na propagação das correntes feministas nas redes sociais. Logo, o campo permeia a cidade, de modo a não estar isolado em sua esfera social. As mulheres camponesas alcançam ao passo das mulheres das cidades por meio das novas tecnologias, isto nos faz crer que a polaridade de ideais se comungam, seja na busca de autonomia sustentável, seja na luta de direitos sobre o próprio corpo diminuindo as desigualdades socioculturais e políticas.

Percebe-se que embora a Marcha das Margaridas tenha nascido num ambiente de ausência de direitos, a união das mulheres em prol de determinadas causas tem surtido um efeito positivo para elas. Nesse sentido, o Facebook pode ser considerado uma ferramenta muito importante na propagação dos enunciados feministas e camponeses.

A ideologia defendida pelas mulheres margaridas tem orientado a opinião de outras pessoas em relação à realidade social vivenciada. Isso por um lado tem feito com que os movimentos sociais se unam em consonância de bandeiras ideais. Sem deixar por outro viés de seguir seus ideais de base e suas premissas iniciais.

REFERÊNCIAS

ANMTR (Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais). **Primeiro Encontro Nacional 1995**. Passo Fundo, Rio Grande do Sul, 1997. Mimeo.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC, 1988.

CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; AFONSO, José Batista Gonçalves. **Conflitos no campo**. In: cptnacional.org.br. 2004 CPT Nacional Brasil, Goiânia: 2005.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, abr. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100010&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 16 ago. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100010>

FACEBOOK. **Marcha das Margaridas.** Disponível em:<<https://www.facebook.com/Marchadasmargaridas/?ref=ts&fref=ts>>. Acesso em: Abril de 2015

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do Discurso: reflexões introdutórias.* Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estud. av.**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, Dec. 2001. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300015&lng=en&nrm=iso>. access on 16 Aug. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300015>

PAULILO, Maria Ignez S. Movimento de Mulheres Agricultoras: terra e matrimônio **Anais eletrônicos** [<http://www.fazendogenero.ufsc.br/site/anaisfg9>] / Seminário Internacional Fazendo Gênero 9 : Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. - Florianópolis : Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

PINTO, Celi Jardim. Participação (representação?). Política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. In: SAFFIOTI, Heleieth; MUÑOZ-VARGAS, Monica (Org.). **Mulher brasileira é assim.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília: UNICEF, 1994

REVISTA VEJA. São Paulo: [s.n.], ago./set. 1994. p. 20

SARTI, Sintia. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA LASA, 21., 1998, Chicago. **Anais.** Chicago: Illinois, set. 1998.

SECRETARIA DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS. Cartilha: projeto para a captação de recursos. In: [contag.org](http://www.contag.org). Marcha das Margaridas. Acesso em: 12/09/15. Disponível para download em: <http://www.contag.org.br/sistemas/doacao/public/pdf/projeto_captacao_recursos_marcha_2015.pdf>

SOUZA, Ezilda Franco de; CAMPOI, Isabela Candeloro; BRANDÃO, Canuto Elias. A Marcha das Margaridas-Luta e resistência em favor do campo e dos povos do campo. In: **SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE NO CAMPO**, 1. ANAIS. Paranavaí: Unespar, 2017.